

# COMUNICAÇÕES SOBRE PSICOPATOLOGIA E AS RELAÇÕES DE PODER

Daniel Dall'Igna Ecker<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho é um relato de experiência sobre um grupo de estudos intitulado de Laboratório de Psicopatologia que teve a duração de um semestre, com um encontro por semana. Formou-se uma equipe transdisciplinar na qual pessoas do direito, da psicologia, profissionais do sistema prisional e de outras instituições de internação, psicopedagogas e professoras se uniram com o objetivo de discutir a produção de conhecimento em psicopatologia na sua relação com o sistema jurídico. O objetivo deste relato é discutir como se dá a comunicação sobre diferentes saberes em relação à psicopatologia e à delinquência e como estas produções permeiam nossas práticas e constroem relações de poder. Acredita-se que o modo como construímos saberes irá interferir na nossa visão de sujeito delinquente e no conceito de psicopatologia. Portanto, percebe-se que a desigualdade social em que vivemos pode ser uma das formas para pensarmos a delinquência enquanto sintoma de um social patológico. Precisaríamos começar a nos questionar onde estão os verdadeiros crimes, para a partir disto, começarmos a construir uma sociedade mais solidária. Solidariedade, para que todos tenham acessos a bens, serviços e relações harmônicas. Desta forma, muitos poderão viver de maneira mais humana, não tendo que roubar, matar e agredir o outro para mostrar que se está sofrendo.

**Palavras chave:** Psicopatologia; Delinquência; Comunicação; Produção de conhecimento.

**Abstract:** This paper is a report of an experience on a study group under the name of Psychopathology laboratory that lasted one semester, with one meeting per week. Formed by a transdisciplinary team made up of lawyers, psychologists, professionals who work in the prison system and other institutions for admission, psychopedagogues and teachers joined with the aim of discussing the production of knowledge in psychopathology in relation to the legal system. The objective of this report is to discuss how communication occurs in the different knowledge fields in the area of psychopathology and delinquency, and how they permeate our production practices and build relationships of power. It is believed that the way we build knowledge will interfere in our vision of a delinquent subject and in the concept of psychopathology. Therefore, we find that the social inequality in which we live may be one way to think of crime as a symptom of social pathology. We need to start to question where the real crimes are and, from this, start building a more cohesive society. Solidarity, so that everyone has access to goods, services and harmonic relationships. Thus, more people would live a more decent life, with no need to steal, kill and harm the others to show that they are suffering.

**Keywords:** Psychopathology; Crime; Communication; Production of knowledge

---

<sup>1</sup> Aluno de Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAPSI/PUCRS). E-mail: [daniel.ecker@hotmail.com](mailto:daniel.ecker@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o conceito de psicopatologia vem sendo discutido pela sociedade. Inicialmente ligada à psiquiatria, a construção do que é patológico teve seu campo ampliado com o surgimento da psicologia. Falava-se da psicologia do patológico, em que a questão da normalidade era discutida como ponto inicial de estabelecimento das fronteiras entre o normal e o doente. A biologia e a genética surgem como práticas, mais ligadas à Psiquiatria, que viriam a se interessar pelo campo do psiquismo, mais especificadamente, à aqueles comportamentos que poderiam ser considerados inatos aos sujeitos (FÉDIDA, 1990). A psicanálise surge como uma das vertentes dos estudos psicológicos que concebe a psicopatologia como parte de uma “continuidade dos processos psíquicos” (pg. 6) do ser humano, os quais fariam parte de uma vida saudável. Esta diferente forma de enxergar a psicopatologia viria a modificar a divisão doente/saudável que até então estava posta.

Foi a partir das discussões sobre psicopatologia que mais de 1.000 profissionais da área da saúde reuniram-se para a confecção do Manual Estatístico de Transtornos Mentais. Conhecido como DSM-IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2007), este livro tem como objetivo a descrição de patologias mais frequentes na sociedade e, segundo os autores, sua confecção pode ter sido muito útil “por ter ajudado a orientar decisões relativas a que condições, nos limites entre a normalidade e a patologia” (pg. 27), os sintomas deveriam ser considerados casos para tratamento. Dentro de sua percepção, este manual aborda a psicopatologia como:

“Síndrome ou padrões comportamentais ou psicológicos clinicamente importantes, que ocorrem num indivíduo e estão associados com sofrimento (p.ex., sintoma doloroso) ou incapacitação (p. ex., prejuízo em uma ou mais áreas importantes do funcionamento) ou com um risco significativamente aumentado de sofrimento, morte, dor, deficiência ou perda importante da liberdade”(pg. 27-28).

Entendido como uma psicopatologia, o Transtorno de Conduta está entre um dos comportamentos descritos no DSM-IV-TR como causador de sofrimento psíquico. Podendo ter início na infância, o Transtorno de Conduta é diagnosticado naqueles indivíduos que violam os direitos pessoais de outros sujeitos ou transgridem regras e normas sociais importantes para a sua idade. Uma pessoa maior de 18 anos também poderá ser diagnosticada, caso os critérios para Transtorno de Personalidade Anti-social, outra patologia descrita no DSM-IV-TR, não forem satisfeitos. Conhecido também como delinquência, o Transtorno de

Conduta é entendido por Caliman (2006), como um desvio de comportamento que transgride a norma e supera os limites de tolerância da sociedade em determinado espaço e tempo. A partir disto, o desviante é introduzido em um processo de estigmatização e/ou punição em que ele é colocado em posições que permitem com que a sociedade o controle segundo uma lógica de poder dominante.

Estando a violência presente sob diversas faces em nossa sociedade, profissionais têm se mobilizado para tentar compreender a complexidade destas relações desiguais e buscam melhores formas de lidar com esta realidade. O trabalho transdisciplinar surge como uma forma de comunicação entre pessoas que vivenciam estas relações de violência nos seus cotidianos. Este relato de experiência pretende descrever alguns passos teóricos e práticos trilhados durante um semestre dentro de um grupo de estudos, nomeado como Laboratório de Psicopatologia. Dentro do percurso, diversos movimentos foram sendo estabelecidos, formas e pensamentos foram criados e modificados de maneira com que pudéssemos pensar sobre psicopatologia, violência, delinquência e as nossas práticas nestes campos.

### **LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA: OBJETIVOS E TEORIAS**

Dentro os diversos objetivos do laboratório, a idéia de uma equipe transdisciplinar era a que mais prendia a atenção. Éramos um grupo grande, composto por estudantes de direito, psicologia, profissionais do sistema prisional e de outras instituições de internação, psicólogas, advogadas, psicopedagogas, professoras, entre outras. Formar grupos que pudessem estar discutindo a produção de conhecimento em relação ao psicopatológico, na sua relação com o sistema jurídico, parecia ser uma proposta interessante. Fazer dialogar profissionais de diversas áreas pensando na transdisciplinariedade, nos serviços até então oferecidos à comunidade, nas pesquisas realizadas neste campo, eram algumas das metas deste projeto. A diversidade era um desafio; comunicar-se com o diferente seria um obstáculo que teríamos que enfrentar para que o trabalho se tornasse produtivo.

Desta forma, seguia-se o pensamento de Tonetto (2007), que definiu que a interação é transdisciplinar quando diferentes profissionais se unem para dialogar sobre um mesmo assunto, elaborando e definindo ações em conjunto. Apesar de, na prática, ser difícil definir que espécie de vínculo se estabeleceu (transdisciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar) a autora coloca que independente do termo utilizado, há expectativa de que as discussões não sejam baseadas em uma única especialização. O principal desta interação é quando o sujeito, deparando-se com limites teóricos e vivenciais, encontra subsídios nos colegas para uma maior abrangência do diálogo sobre o caso em questão. Desta forma, o trabalho em equipe se

torna dispositivo de novos desafios exigindo, principalmente, um espaço de escuta em constante movimento.

Assim, o laboratório foi formulado para que, em um semestre, com um encontro por semana, os participantes pudessem estar discutindo sobre uma temática. Apesar de ser transdisciplinar, os textos lidos tiveram como foco principal autores da psicologia. Iniciamos com leituras sobre Psicopatologia Fundamental (FÉDIDA, 1990), fases do desenvolvimento emocional (BERGERET, 2008) e sobre o funcionamento psíquico ligado a aspectos jurídicos (FREUD, 1906; COLTRO et al; 2007; ZIMERMAN, 2007). Outros temas foram abordados, como o conceito de Supereu (NASIO, 1995), a função do pai na teoria psicanalítica (DOR, 1991), noção de normalidade, estrutura e violência (BERGERET, 2008), violência intrafamiliar e tratamento da delinquência (FISHMAN, 1996) e, finalizamos as leituras, com um texto sobre o sujeito e objeto na delinquência juvenil (SILVA, 2007).

Além dos assuntos descritos anteriormente, que tentei colocar em ordem cronológica de leitura, o laboratório finalizaria com uma prática chamada de “apresentação de paciente”, que, segundo a coordenadora, do Laboratório, se assemelharia a uma prática comum nos seminários de Lacan. A apresentação de paciente significava entrevistar uma pessoa, neste caso, um interno de uma instituição para jovens infratores, na frente dos participantes do laboratório. Ao final da entrevista o jovem seria retirado e discutiríamos seu caso seguido do relato de um monitor da instituição, que estava como responsável pelo menino. Além desta última aula, haveria mais um dia com discussões de casos, desta vez escritos, de modo que pudéssemos integrar os casos com a teoria.

## **DESENVOLVIMENTO DOS ENCONTROS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

A cada encontro do Laboratório tínhamos um texto para ler. A partir dos textos deveríamos fazer um resumo e, quem se disponibilizasse, poderia apresentar seu resumo para o grupo. A proposta era: “façam um resumo”, diferente de “escrevam o que vocês pensam” ou “elaborem uma resenha crítica”. A proposta do resumo induzia à reprodução, não ao pensamento. Muitas vezes, os textos eram mostrados como verdades. O discurso de que “é científico, por isso tem validade” apareceu em diversos momentos do laboratório. Em alguns encontros, ao serem questionadas as teorias que os textos abordavam, algumas respostas dadas pelos profissionais surpreendiam, por exemplo: “você ainda é estudante, quando tiver prática irá perceber que é assim mesmo” seguido de “na minha pesquisa científica não foi o que apareceu”.

Primeiro obstáculo do trabalho transdisciplinar: algumas vozes do grupo se unem ao discurso científico para calar ou desmerecer o conhecimento de outros. De acordo com Guareschi (2008), dentro das práticas acadêmicas há uma forte hierarquização dos saberes e da produção de conhecimento. O conhecimento não-científico é separado do científico de forma desigual e intitula-se de senso comum. Desta forma, “para ser ouvido, o saber dominado precisa ser inscrito nas normas e rituais acadêmicos” (pg. 12), ou seja, para que diferentes comunicações sejam aceitas tem que se fazer uma pesquisa científica fundamentando-as teoricamente. Produzir conhecimento é algo que faz parte da realidade do ser humano. Dentro desta idéia, a autora propõe que a construção de saberes seja pensada dentro de uma multiplicidade e não de forma totalizante.

Ainda, segundo Guareschi, as produções de conhecimento deveriam ser pensadas como discursos produzidos em determinada época, contexto e interesses de quem os criaram. Não podemos ler algo como causa e efeito, atribuir verdades absolutas ao que é escrito, mas sim, tentar problematizar o que este conhecimento está produzindo em relação à realidade. Portanto, quando Fishman (1996) propõe que houve um aumento da criminalidade a partir da década de 60, principalmente entre meninas de quatorze a dezesseis anos, ele cria um dado. Este dado deve ser questionado: em que época isso foi estudado? Em que cidade ou país estes dados foram levantados? Houve mudanças no contexto social e na inserção da mulher na sociedade dos anos 60 para a época atual? A abrangência das pesquisas aumentou? Houve aumento da população? Que população ele pesquisou? O que significa crime para o autor? Qual a realidade destas meninas? Quais os interesses políticos dele ao escrever isto?

Questionar a forma com que os saberes são produzidos e tentar entendê-los a partir da complexidade em que surgem, é uma tarefa um tanto trabalhosa. Mas, quando se fala em sujeitos e subjetividade, deveria ser uma prática constante. Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (2006) problematiza a produção de conhecimento sobre a delinquência e como o conceito de criminalidade foi mudando através das épocas. Ao longo do seu texto o autor descreve que, com o passar dos anos, os atos punitivos foram sendo desviados das iniciais violências macabras contra os corpos, para se transformarem em medidas de correção e readaptação dos que infringiam a lei. Propõe-se algo mais “humanitário” devido a um discurso que Foucault ironiza, do Direito Penal, de não mais punir os crimes, mas readaptar o delinquente, tornando-o dócil e útil à sociedade.

## **PSICOPATOLOGIA E DELINQUÊNCIA : ALGUMAS COMUNICAÇÕES**

Dentro de suas discussões sobre psicopatologia, Fédida (1990), coloca em evidência a origem da palavra. Se pegarmos o conceito de psicopatologia e o desmembrarmos, teremos, em uma de suas pontas, a palavra Pathos que é entendida como “toda parte humana que se pode viver, ser vivido” (pg. 8). Assim, o psicopatológico começa a ser entendido como pertencente a tudo que é experimentado e faz parte das vivências do sujeito. Por viver, o ser humano acaba sendo constituído como um sujeito potente de ser cometido por sofrimentos psíquicos. O importante é não entendermos o sofrimento psíquico como doença, mas sim, como uma defesa necessária à condição humana para se proteger de determinados acontecimentos do cotidiano que o psiquismo não dá conta de elaborar. O autor evidencia que o sofrimento é necessário para que o sujeito, independente da idade, possa desenvolver a “capacidade de pensar o outro a partir da constituição da experiência daquilo que ele vive” (pg. 9).

A estrutura social se torna algo extremamente importante na constituição da pessoa principalmente no “estabelecimento de um sistema simbólico destinado a transmitir, em um contexto sociocultural dado, uma lei fundamental nas relações sociais” (BEGERET, 2008, pg. 38). Desta forma, a participação dos cuidadores no desenvolvimento do sujeito será indispensável para a colocação de limites, imposição de normas e leis necessárias para um convívio social. O autor traz o conceito de “bom” narcisismo para descrever a construção da imagem de si que o sujeito necessita para sua sobrevivência física e mental. Considerado herdeiro deste narcisismo, o “ideal de ego” se constituiria na relação da criança com seus cuidadores. Expressões, não necessariamente verbais, como: “faça isso; seja grande, belo, forte” (pg. 34), produzidas pelos responsáveis e direcionadas à criança, induziriam-na a buscar estes atributos ao longo de sua vida de forma a satisfazer um desejo construído.

Apesar disso, as responsabilidades não podem apenas serem atribuídas aos cuidadores. Estes pais, mães, tios, avós e outros que cuidam do sujeito, estão imersos no social e são alvos de suas interferências. Constantemente somos bombardeados por ideais de eu no nosso cotidiano. Ser uma pessoa de sucesso, ter estudo, dinheiro, carros, roupas e jóias são construções frequentemente associadas a discursos hegemônicos que dominam no campo social e que produzem desejos e sujeitos de desejo. Em contraponto a isto, percebemos que as mudanças sócio-econômicas contribuíram para o aumento da desigualdade financeira entre as pessoas e ajudaram na construção da realidade atual. Mas, seria simplista (falso), ou elitista, se atribuíssemos a delinquência juvenil às classes menos favorecidas (CECARELLI, 2001).

De acordo com o autor, existem diversas formas de delinquência que, na classe média-alta, ficam muitas vezes acobertadas e sem punição por causa da interferência de interesses

políticos e pessoais. Muitas vezes, as exigências de produção no trabalho colocam as pessoas com menor poder aquisitivo em uma posição de exploração. A necessidade de satisfazer desejos básicos, como por exemplo, comer, coloca estes sujeitos em uma situação de dependência em relação a quem possui o poder. Desta forma, o trabalho destas pessoas muitas vezes não é valorizado, os salários são baixos e a condição de trabalho é precária. Estes sujeitos acabam tornando-se produtores de riquezas que irão satisfazer apenas os desejos de seus chefes. O desejo de sucesso é oferecido a todos, mas poucos podem alcançar este ideal.

O momento atual evidencia a produção de “especialistas”, aqueles que acabam ditando qual é o percurso “normal” da criança e o que seria necessário para seu desenvolvimento de “sucesso”. Nestes discursos se descreve qual é a comida mais nutritiva, qual roupa é mais apropriada, qual tênis não causará uma doença de coluna e qual seria a escola de melhor didática. Se dita que o esporte é importante (se instruído por um especialista), que estudar estimula a manutenção do cérebro e assim por diante. Tudo isso pode ser importante, mas tem um custo, e o importante pode, em alguns casos, servir apenas para lucrar em cima de uma ilusão.

Ilusão ou não, esta construção no imaginário social do “sujeito de sucesso” estabelece, em alguns, a idéia hegemônica de que “ter isso me trará maiores direitos e respeito pelos outros”. A sociedade oferece modelos ideais e ao mesmo tempo barra determinadas pessoas ao acesso dos mesmos. De acordo com Cecarelli (2001), pensar nestas questões seria o primeiro passo para entendermos como uma estrutura social pode gerar leis e ao mesmo tempo gerar sujeitos que as transgridam por não conseguirem se enquadrar nelas. Estaríamos, neste momento, em um ponto para pensarmos a delinquência, enquanto produção de um processo social desigual. Independente da classe social, uma organização estrutural mal estabelecida seria o suficiente para que o sujeito fosse buscar esta “falta” em outros lugares. Roubar, usar drogas, agredir o outro e transgredir regras, se torna uma saída para mostrar que algo não está bem (CALIMAN, 2006).

A partir destas considerações, questões éticas se apresentam e a teorização surge como uma forma de estarmos pensando sobre as práticas e discursos que produzimos, quando se fala em psicopatologia e delinquência. Teorizar sobre psicopatologia e delinquência se torna relativamente “fácil” e a problemática se acentua quando a violência atinge o nosso cotidiano. Assim, perceber movimentos de agressão dentro de nosso contexto familiar, de vizinhança ou no ambiente de trabalho, pode vir a nos exigir um posicionamento que vai além da teoria.

## RELATO DA APRESENTAÇÃO DE PACIENTE

A apresentação de paciente foi uma proposta feita pela coordenadora do Laboratório para que pudéssemos, depois de discutir a teoria, participarmos de uma entrevista com um sujeito considerado infrator. Esta atividade não estava prevista no cronograma, mas viria a ser um evento que atingiria, além do pessoal do grupo de estudos, outros grupos ligados à teoria psicanalítica e ao curso de psicologia de uma universidade. Foi convidado pela coordenação do laboratório, para participar da entrevista, um jovem que cumpre medidas sócio-educativas de internação em uma instituição que abriga jovens que cometeram atos infracionais.

A apresentação de paciente foi realizada em um espaço que poderia ser descrito como uma sala grande com, em média, 50 cadeiras dispostas em forma de platéia e duas poltronas viradas de frente para o público. Estas duas poltronas seriam os lugares onde estaria sentado o psicólogo, que faria a entrevista, e o jovem infrator. Alguns colegas que chegavam ao local comentavam sobre o medo de sentarem perto do jovem infrator. “Mas não há nenhuma proteção?” pergunta uma das participantes. “Nem pisquem, porque qualquer coisa interfere,” disse uma das colegas psicóloga, que teve como resposta a reação de outra profissional de educação “olha, tu tá querendo nos assustar né?”.

A atividade foi iniciada com a chegada do profissional de psicologia que faria a entrevista. No microfone, ele explicou que chamaria o jovem e conversaria com o mesmo pela primeira vez. Os dois nunca haviam se encontrado e a conversa seguiria de acordo com os assuntos que o garoto trouxesse. O profissional nos deixou claro que “caso o paciente dirija a palavra à platéia, vocês deverão permanecer em silêncio e não podem responder”. Explicou que aquela atividade só estava ocorrendo porque nós não faríamos uma “mera escuta”, pois possuíamos “uma escuta graduada”. Independente disto, reforçou que estávamos no local apenas para observarmos.

O psicólogo relatou que a prática de apresentação de paciente é muito comum em algumas formações, principalmente, nas ligadas às teorias Lacanianas. Segundo Macedo E. (2005), a apresentação de paciente entraria em uma das modalidades psicanalíticas de efeito terapêutico rápido. A justificativa para este modo de tratamento entraria para aqueles sujeitos que tem período de tempo limitado ou necessitariam de um atendimento rápido. O psicólogo explicou que aquela atividade também poderia ser comparada ao Teatro de Coral. De acordo com o psicólogo, no teatro de coral a platéia interfere na apresentação, mas, naquela situação, não teríamos a possibilidade de fazermos o mesmo.

Uma nova forma de dar aula estava sendo apresentada para muitos que estavam comparecendo à apresentação de paciente. Apesar de ser uma prática utilizada nas aulas de



Lacan, a apresentação de paciente não havia sido discutida com o grupo durante os estudos no Laboratório de Psicopatologia. Por ser desconhecida, novas interrogações surgiam em relação a esta prática. O discurso do psicólogo se encerra e ele propõe chamar o jovem. Denominarei o adolescente de Rodrigo (nome fictício), que irá facilitar a descrição do percurso. Rodrigo veio acompanhado de Diego, monitor, que trabalha com ele na instituição na qual está internado.

O jovem infrator caminha em direção à cadeira, não olha em nenhum momento para a platéia que estava à sua frente. Há um pouco mais de 30 pessoas participando da atividade. Rodrigo senta e, após introduzir a atividade, o psicólogo fala: “conte alguma coisa para nós”. E o jovem responde: “não tenho nada para falar, só prá quem eu falo é para o Diego, eu só confio nele”. Com os olhos fixados no psicólogo, quase não os piscando, o jovem segurava o microfone com as mãos levemente tremendo. “Você é de onde?” questiona o psicólogo. O jovem responde, dizendo o nome de sua cidade.

A conversa entre o jovem e o psicólogo continuou. Rodrigo não parecia estar muito disposto a participar do diálogo. Suas respostas eram curtas e em alguns assuntos repetia que não queria falar sobre eles. Então, o psicólogo intervém: “todos que estão aqui são doutores, não precisa te preocupar em falar, nós queremos te ajudar”. Rodrigo se mantém em silêncio e o psicólogo continua a perguntar sobre a vida do jovem. Ao longo do assunto surge a questão das drogas. Rodrigo conta que já havia sido internado na instituição por infrações anteriores, mas que “caiu” da última vez por causa de um roubo que cometeu. Contou que, para comprar crack, chegou a tirar coisas da sua mãe e de sua irmã. “Mas ela (irmã) deve ter ficado braba”, fala o psicólogo. Rodrigo responde: “ela não fala comigo desde então”. “Então ela deve ter ficado bem braba mesmo” exclama o psicólogo. O assunto das drogas tornou-se foco do diálogo entre Rodrigo e o psicólogo. Ao longo da entrevista o psicanalista questiona: “qual o caminho das drogas?”. “É o cemitério ou a cadeia,” responde Rodrigo. O psicólogo faz uma pausa de silêncio e questiona “é só isso?”. “Sim” diz o jovem. O diálogo continua, e, ao ser perguntado sobre a escola, o garoto expõe “eu não fui mais à escola”. “Por quê?” pergunta o psicólogo. “Eu nunca gostei” fala o menino, olhando fixamente, sem piscar, para os olhos do entrevistador.

O diálogo não dura por muito tempo. Rodrigo responde a mais algumas perguntas, mas não formula respostas longas e é bem objetivo nas suas falas. O psicólogo decide então finalizar a entrevista. Agradece ao jovem pela sua participação e pede para o mesmo se retirar. Rodrigo se levanta e, sem manter nenhum contato visual com a platéia, se retira da sala. Diego, o monitor que trabalha com Rodrigo na instituição, dirige-se para frente da platéia e se

senta na cadeira em que estava Rodrigo para falar sobre o jovem. Diego conta que Rodrigo havia sido abandonado pelo pai e pela mãe e, apesar de o jovem ter dito que morava com a irmã, na verdade, apenas a visitava de vez em quando. Conta que uma vez Rodrigo chegou para ele e disse: “a minha irmã me quer” e o monitor respondeu “eu se fosse tua irmã não iria te querer, tu é um problema”.

Diego fala que Rodrigo possui a “mania de se fazer de vítima” quando, por exemplo, o jovem falou que não gostava da escola. Diego conta que, apesar das dificuldades, Rodrigo tem melhorado e atribui estas mudanças também devido à medicação que o jovem está tomando. Ele não especifica o que significa esta melhora ou qual seria a medicação que o jovem estaria tomando, mas acredita que, independente disso, Rodrigo continua sendo um jovem difícil de lidar. O psicólogo cita uma das falas de Rodrigo, em que o garoto relatou “dever dinheiro para um traficante” e logo em seguida, quando questionado sobre “qual era seu sonho?”, o jovem disse que seu sonho seria “conseguir um emprego para sustentar a sua mãe”. Uma das participantes que estava na platéia pergunta ao psicólogo se teria alguma relação o garoto “dever para os traficantes” com o desejo de sustentar a mãe, sendo pensado simbolicamente como um “dever para a mãe”. O psicólogo concorda e diz que isto está ligado à conflitiva edípica do jovem e revelava algum conflito nesta fase. A coordenadora do Laboratório aproveita a conexão para dizer que o jovem havia dito que “caiu” na instituição. Ela relaciona a palavra “caiu” com um sentimento que diz ser comum na delinquência: o de os jovens se apresentarem como objeto em seus discursos.

## **DISCUSSÕES E QUESTIONAMENTOS**

Intenção ou não, o Laboratório de Psicopatologia, em um semestre, conseguiu construir um dos estereótipos de sujeito patológico da atualidade. Adolescente, drogado, violento, usuário de crack, pobre e ladrão. A conexão de textos sobre psicopatologia, psiquismo, normalidade, violência e delinquência juvenil, construíram uma comunicação teórica lógica e totalizante que foi fortalecida com a exposição do jovem infrator. Chegou-se a uma conclusão: sim, o jovem é patológico, sofrido, foi abandonado, mora em uma região precária, usou drogas, está privado de liberdade e medicado. E o que se fez com isso? Nada, apenas observamos para os nossos estudos. De acordo com Foucault (2006) a transgressão e a construção de seus significados não podem ser limitadas apenas a determinadas classes. Mas, na visão do autor “é preciso reinserir a complexidade destes fenômenos no interior de processos históricos que são econômicos” (pg. 228). Se o sujeito é estigmatizado e punido por transgredir a norma (CALIMAN, 2006), significa que alguém criou esta norma. É interessante

prestarmos atenção em como as relações de poder estão embutidas nas ferramentas teóricas. Ao descrever o significado de psicopatologia o livro DSM-IV-TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2007) finaliza a frase relatando que um comportamento que cause a perda da liberdade é considerado como transtorno mental. De um lado há uma lei criada, de outro, discursos de especialistas que autorizam identificar como patologia psicológica a transgressão da mesma. Sendo considerado uma patologia transgredir a lei, é justificável tratá-la. Desta forma, ao invés de retirar o sujeito de circulação ou se apropriar do mesmo, o poder disciplinar o adestra (FOUCAULT, 2006). O jovem, na apresentação de paciente, estava sob efeito da medicação, fisicamente adestrado e ocupava o lugar de quem era transgressor e deveria ser reeducado. A apresentação de paciente serviria para conhecermos o sujeito patológico, estudarmos o seu caso, para então, pensarmos melhores formas de reeducá-lo e “inserir-lo” na sociedade.

Baseado em teorias e tendo um status “científico,” os discursos do Laboratório se cristalizavam na subjetividade dos participantes. Pelo fato de muitos dos estudantes e profissionais do Laboratório não serem da psicologia, a credibilidade aos discursos psicológicos muitas vezes se fortaleciam. Confiando nos “sujeitos que estudaram e pesquisaram no campo das ciências psicológicas,” pessoas da área do direito, educação, pedagogia e assistência social e os próprios estudantes de psicologia, muitas vezes na ingenuidade, eram tomados por estas relações de poder. Isto se evidencia quando uma colega, da área do direito interpreta uma das falas do adolescente, que em seguida é dada confirmação, como se fosse verdade, pelo psicólogo.

Apesar de Macedo E. (2005), considerar a apresentação de paciente como uma forma de tratamento rápido, pouca literatura foi encontrada sobre o assunto. Mesmo que a intenção fosse agilizar algum processo terapêutico, Freud (1913), já dizia que “a lentidão com que se realizam as mudanças profundas na mente – em última instância, fora de dúvida, a “atemporalidade” de nossos processos inconscientes” (p.79), impossibilitaria qualquer proposta de imediatismos. Mesmo sendo mostrada pelo psicólogo como uma prática comum nos seminários de Lacan, ao revisar algumas literaturas do autor, nenhuma citação foi encontrada descrevendo esta prática. Lacan, em seus seminários, buscava muitos textos de Freud para discussão, casos de personagens da mitologia como, por exemplo, a peça de Sófocles “Antígona” que é descrita no capítulo “As Articulações da Peça” (LACAN, 1959-1960, p.313). Em alguns casos, expunha relatos de pacientes de seus conhecidos, como o caso de Roberto, paciente de sua colega de trabalho Rosine (LACAN, 1953-1954, p.110). No

mais, dentro da literatura pesquisada, o autor não relata nenhum caso de paciente que tenha sido apresentado “ao vivo” para o público de seus seminários.

De acordo com a coordenadora do Laboratório, ao final da apresentação de paciente, Rodrigo foi agradecido pessoalmente “por ter nos ensinado muito naquela noite”, diz ela. Ensinou o que? No meu ponto de vista, Rodrigo nos leva a refletir sobre as contradições existentes em nosso cotidiano: discursos são feitos contra o uso de drogas, enquanto muitos ingerem medicamentos para depressão, ansiedade, para emagrecer, para dores no corpo, etc. Se prestarmos atenção no passado, veremos que as utilizações de muitos medicamentos vão mudando ao longo dos anos, como relata Gurfinkel (2008), ao evidenciar que o próprio Freud utilizava a cocaína em suas experiências para tratar diversas doenças.

O caso de Rodrigo nos remete à idéia de Cecarelli (2001), que nos mostra a sociedade oferecendo o ideal de sujeito para todos, mas limitando seu acesso e sendo intolerante com muitos grupos sociais. Segundo o autor, a delinquência acaba surgindo como uma prática “saudável” em um ambiente social desigual.

A situação do jovem Rodrigo nos leva a pensar em outro paradoxo: roubar para usar drogas é crime, mas matar milhares de pessoas nas filas do SUS ou negar acesso à educação não o é. Ou seja, este jovem infrator evidencia e esconde, por trás do estereótipo que carrega, outras práticas perversas que são acobertadas diariamente. Fazendo uma relação com a loucura, Foucault (1975), relata que seria a partir da época em que as pessoas começaram a tratar conscientemente o sujeito patológico de forma cruel, colocando-o em uma posição de ser humano moralmente errado, que as teorias psicológicas surgiram. Se pensarmos no delinquente como o sujeito “moralmente transgressor” veremos nossa culpa sair de cena. Colocá-lo na posição de desviante e transgressor da lei pode ser pensado como uma estratégia política de poder (FOUCAULT, 2006). Ele é o errado e nós não temos culpa.

Esta culpa negada talvez seja uma das causas do surgimento deste lugar social do sujeito delinquente da atualidade. Culpa que nos persegue por desejarmos ter sucesso, retermos bens materiais, adquirirmos riquezas, consumirmos objetos mais do que podemos usufruir, os quais, muitas vezes, poderiam ser considerados desnecessários para nossa satisfação básica de sobrevivência. É neste ponto que a fantasia do “marginal perigoso”, que varia de sujeito para sujeito, acaba tendo serventia. Este sujeito transgressor precisa ser detido para não roubar o que adquirimos, para não nos tirar desta posição confortável, cômoda e de busca ao sucesso (CECARRELLI, 2001). Nós exibimos bens materiais, exibimos o prazer de andar de carro, ter uma boa roupa, nos alimentarmos em bons restaurantes e não queremos que quem não os tem, os deseje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o processo de desenvolvimento do laboratório, alguns pontos me prenderam a atenção. Havia sido criado um laboratório, palavra que segundo o dicionário é descrita como “lugar de trabalho e investigação científica; (...) oficina de químico ou de farmacêutico” (MICHAELIS, 2008), para produzirmos discursos sobre psicopatologia e o sistema jurídico. Dentro deste ambiente foram introduzidos textos sobre patologia, fases de desenvolvimento, diferença entre normal e patológico, violência e finaliza-se trazendo um jovem “ao vivo” para servir de exemplo de paciente. Coloca-se o jovem como exemplo de paciente, patológico, violento e delinquente. Um sujeito patológico é produzido e um estereótipo é reforçado. Inicia-se assim uma produção de conhecimento dominante que, de algumas formas, visa punir o sujeito fragilizado e estabelecer uma relação de poder com o mesmo.

A partir de todos os percursos do Laboratório, percebi que as comunicações que se estabelecem através de conhecimentos produzidos sobre psicopatologia e delinquência, fazem parte da nossa realidade atual. Fica evidente que esta disseminação de saberes influencia as relações dos sujeitos, principalmente, nos que frequentam espaços acadêmicos. Finalizando, me ficam questionamentos sobre que práticas profissionais estamos fazendo, quem é o sujeito delinquente e em quem está a patologia. Buscamos o sucesso, não deixamos alguns atingi-lo, estabelecemos hierarquias sociais, discursos e posições mais valorizadas, criamos as desigualdades, a delinquência e nos tornamos vítimas dela, sujeitos do medo.

Acredito que, se não mudarmos o objetivo de nossas vidas e continuarmos negando o nosso sofrimento e o do outro, viveremos reféns das armadilhas que construímos. Uma das possíveis consequências é acabarmos vítima do modo de viver que estabelecemos e pensamos ser o “ideal”. No meu ver, deveríamos começar a nos questionar qual a utilidade de apenas observarmos a fragilidade do outro, que comunicações queremos estabelecer nos espaços de construção de saber e onde estão os verdadeiros crimes, para, a partir disto, começarmos a construir uma sociedade mais solidária. Solidariedade, para que todos tenham acessos a bens, serviços e relações harmônicas, em que poderemos utilizar a observação que fazemos do outro para ajudá-lo. Desta forma, muitos poderão viver de maneira mais humana, não tendo que roubar, matar e agredir para mostrar que está sofrendo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-IV-TR**. 4ª. ed.rev. Porto Alegre: Artmed, 2007. 880 p.

BEGERET, J. **Psicopatologia: Teoria e Clínica**. Porto Alegre. ARTMED; 2008.

BOAL, A. **Théâtre de l'opprimé**. Paris: La Découverte, 1985. 207 p.

CALIMAN, G. **Desvio social e delinquência juvenil: teorias e fundamentos da exclusão social**. Brasília (DF): Universa, 2006. 344 p.

CECARRELLI, P. R. **Delinquência: resposta a um social patológico**. Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano XIV, 145, 5-13, maio, 2001.

COLTRO, C. M; ZIMERMAN, D. **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Millennium; 2007.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1991.

FÉDIDA, P. **Metapsicologia e Psicopatologia Psicanalítica**. Conferência do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Psicopatologia. 1990.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1975.

\_\_\_\_\_ **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FISHMAN, H. C. **Tratando a delinquência: Modificando as premissas do *self***. In *Tratando adolescentes com problemas: uma abordagem da terapia familiar*. FISHMAN, H. C. (Org). Porto Alegre. ARTMED, 1996.

FREUD, S. A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: (Vol. IX)**. Rio de Janeiro: Imago. 1994. (Publicação Original em 1906)

\_\_\_\_\_ Sobre o início do tratamento. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: (Vol. XII)**. Rio de Janeiro: Imago. 1994. (Publicação Original em 1913)

\_\_\_\_\_ Construções em Análise. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: (Vol. IX)**. Rio de Janeiro: Imago. 1994. (Publicação Original em 1937)

GUARESCHI, N. M. F. HÜNING, S. M. **Para inventar o que as teorias não ensinam....** IN *Olhar vidas: a fotografia em uma pesquisa-intervenção*. GUARESCHI, N. M. F. et al (Coord). Porto Alegre, RS: Zouk; 2008.

GURFINKEL, Decio. **O episódio de Freud com a cocaína: o médico e o monstro**. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 11, n. 3, set. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-)

47142008000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2008. doi: 10.1590/S1415-47142008000300006.

LACAN, J. O seminário. **Os escritos técnicos de Freud**. v.1. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor; 1992. (1953-1954). (O campo Freudiano no Brasil)

\_\_\_\_\_ O seminário de Jaques Lacan. **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. v.2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor; 1992. (1954-1955) (O campo Freudiano no Brasil)

\_\_\_\_\_ O seminário de Jaques Lacan. **A ética da psicanálise**. v.7. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor; 1992. (1959-1960) (O campo Freudiano no Brasil)

MACEDO, E. M. **Efeitos rápidos em psicanálise**. Instituto de Psicanálise Lacaniana (IPLA). São Paulo, 22 de novembro de 2005. Disponível em:  
<<http://www.psicanaliselacanianana.com/estudos/efeitosrapidos.html>> Acesso em: 09 dez. 2008.

MACEDO, M. K. **(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2005.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Online**. Editora Melhoramentos. UOL. Disponível em:  
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=laboratório>> Acesso em: 09 dez. 2008.

NASIO, J.D. **Os 7 Conceitos Cruciais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (1ª Edição Brasileira: 1989); 1995.

OLIVEIRA, S. A. **Coro-cênico: Uma nova poética coral no Brasil**. Campinas, São Paulo. UNICAMP; 1999. (Dissertação de Mestrado). Disponível em:  
<[http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso\\_anppom\\_1999/ANPPOM%2099/PAINEL S/OLIVEIRA.PDF](http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_1999/ANPPOM%2099/PAINEL S/OLIVEIRA.PDF)> Acesso em: 09 dez. 2008.

SILVA, R. A. **Sujeito e objeto na delinquência juvenil**. Pulsional Revista de Psicanálise. São Paulo, ano XX, n. 189, pg.72 – 80. 02, março, 2007.

TONETTO, A. M; GOMES, W. B. **A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar**. Estudos psicológicos. Campinas, São Paulo; v. 24, n. 1, mar. 2007.  
Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2007000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 nov. 2008. doi: 10.1590/S0103-166X2007000100010.

ZIMERMAN, D. **A influência dos fatores psicológicos inconscientes na decisão jurisdicional – A crise do magistrado**. In Aspectos psicológicos na prática jurídica. COLTRO; C. M; ZIMERMAN, D. (Orgs) 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Millennium; 2007.